

Ocupando a Historiografia do Quilombo: A revisão conceitual de Beatriz Nascimento

Amanda Ribeiro dos Santos¹

RESUMO

Neste artigo exploramos como a historiadora Beatriz Nascimento forneceu uma nova abordagem do conceito de “Quilombo”, que até a década de 1970 vinha sendo pesquisado apenas através de autores brancos e pela ótica escravista. Apresenta-se ainda, a partir da leitura de seus escritos, a continuidade quilombola nos séculos XX e XXI, os aspectos da paz quilombola e se debate a possível eliminação da repressão aos grupos marginalizados e aquilombados no mesmo momento da dita “Abolição”, além de examinar os motivos que levaram ao seu apagamento na historiografia. Concluiu-se que a autora obteve grande relevância em suas produções inovadoras para pensar o negro na História do Brasil e que seu esquecimento foi causado por estratégias promovidas pelo racismo institucional.

Palavras-Chave: Quilombo. Historiografia. História Negra.

ABSTRACT

In this article we explore how the historian Beatriz Nascimento provided a new approach to the concept of "Quilombo" that until the 1970s had been researched only through white authors and from a slavery perspective. We also present, by reading her writings, the “quilombola” continuity in the 20th and 21st centuries and we discuss the possible elimination of repression on marginalized groups and “aquilombados” at the same moment of the so-called "Abolition", besides examining the reasons that led to her erasure in historiography. It was concluded that the author obtained great relevance in her innovative productions to think about the black in the History of Brazil and that her oblivion was caused by strategies promoted by institutional racism.

Keywords: Quilombo. Historiography. Black History.

*Eu sou um corpo
Um ser
Um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte
(LUNA, 2018)*

Introdução

Diariamente, ainda que sendo maioria expressiva da população que compõe o Brasil, a comunidade negra sente, de forma literal e simbólica, a inclemência de um país que insiste em tratá-la como estranhos habitantes indesejados da nação que construíram sem ter escolha e, de maneira geral, sem ao menos obter acesso às mínimas condições de dignidade humana. Além disso, o negro brasileiro teve ainda de suportar uma campanha massiva promovida por Estado e sociedade, cuja intenção era suprimir seus laços com a África. Arrancados de suas terras de

¹Graduada de Bacharelado em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Contato: amanda.santosjm.18@hotmail.com

origem à força, da mesma maneira que foram sendo repetida e metodicamente distanciados de suas origens; assim como afirma Kabengele Munanga (2019), sendo a assimilação cultural incompatível com o colonialismo, o que ocorreu com o negro foi a “criação de sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes para melhor dominá-lo e explorá-lo” (MUNANGA, 2019, p. 37). Para os intelectuais negros que se propuseram a buscar elementos que retirassem seus antepassados deste lugar subalterno consagrado pela historiografia produzida pelos acadêmicos brancos, o local privilegiado de estudos para demonstrar a autonomia e a força de seu povo foram os quilombos, onde se entrelaçavam pertencimento, refúgio, paz e também resistência e subversão.

Neste trabalho utilizamos a exposição das ideias de Beatriz Nascimento encontradas em seus textos como o “Historiografia do Quilombo” publicado originalmente em 1977 e o “O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra” de 1985. A partir disso, buscamos explorar como a historiadora sergipana lutou para ocupar a historiografia do quilombo que à época, por volta de 1970 e 1980, contava com poucos estudos, estes ainda carregados de abordagens eurocêntricas tratantes dos quilombos a partir de como eram vistos pelas instituições governamentais, ou puramente como uma causa de retorno à África. Do mesmo modo, foi problematizado em seu texto “‘Quilombos’: Mudança Social e Conservantismo?” (1976) uma revisão literária sobre o conceito do quilombo conversando com ideias apresentadas por Edison Carneiro, Nina Rodrigues, entre outros. Nesse sentido, mencionamos também as reflexões realizadas por Clóvis Moura e Abdias Nascimento, seus contemporâneos, objetivando uma melhor localização do pensamento negro acerca do tema que circulava no mesmo período.

Ainda hoje, no século XXI, o dicionário Aurélio define quilombo como sendo “esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações em que se abrigavam escravos fugidos”. Por extensão, explica ainda que o Quilombo dos Palmares é “quilombo constituído de negros fugidos, os quais, no século XVII, se estabeleceram no interior de AL [Alagoas], formando um estado” (AURÉLIO, 2010, n.p.). No entanto, nos anos de 1980 este tipo de definição, cristalizada no decorrer do tempo por documentações, produções acadêmicas, enfim, legitimada de todas as formas como meio de se referir aos quilombos, já era refutada e revista pela intelectualidade negra.

Um dos intelectuais negros que já questionava essa definição foi Abdias do Nascimento, em sua obra “O Quilombismo”, publicada originalmente no ano de 1980. Ele se

debruça sobre a experiência histórica dos quilombos tanto para redefinir seu significado a partir de uma visão diferente da apresentada pela ótica colonial, quanto para demonstrar sua ligação com a atualidade. Para ele, “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 2002, p. 348). Tendo como horizonte esta linha de raciocínio, a qual o quilombo surge como algo positivo e orientado para a contestação ao tratamento reservado aos escravizados, o autor aponta uma continuidade histórica nas práticas quilombistas, e, conseqüentemente, nas ações opressoras que agem de maneira a combater a organização e liberdade do negro brasileiro. Inclusive, propõe todo um novo modo de governo, denominado Quilombismo, que tem como objetivo político os negros no poder, saindo da análise puramente teórica e propondo ações práticas para estabelecer um novo Brasil onde o modelo capitalista seja substituído pela implementação do Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, do século XVI, e em outros quilombos existentes do país (NASCIMENTO, 2002, p. 324-379). Expondo em uma estrutura de dezoito tópicos os princípios e propósitos do quilombismo, sua produção foi muito importante para a população negra contemporânea pensar seu papel e suas possibilidades de reação em relação a tal sistema, por meio do modelo de organização quilombola recuperado do passado.

Outro intelectual negro que em suas obras também resgata o protagonismo frente ao escravismo, principalmente pelo viés da resistência, é Clóvis Moura. Para estruturar sua argumentação, ele mobiliza a instituição que por excelência demonstrou a força e extensão desta obstinação em obter liberdade, o quilombo. Em seu livro “Os quilombos e a rebelião negra” de 1981, ele ressalta a complexidade da organização e das relações quilombolas para com as minorias sociais à margem. Ressalta ainda que as rebeliões negras, mesmo quando malsucedidas, devem ser entendidas como parte do processo de abolição, em razão do descompasso psicológico colonial causado por cada revolta. Em outra obra, intitulada “História do negro brasileiro”, Moura trabalha com o que ele chama de Quilombagem, que seria:

[...] o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis - econômico, social e militar - e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre. (MOURA, 1992, p. 22).

Sob diferentes denominações, sendo Quilombismo para Abdias Nascimento (2002), Quilombagem para Clóvis Moura (1992) e Sistemas Sociais Alternativos Organizados pelos Negros para Beatriz Nascimento (2018), que apresentaremos mais detidamente a seguir, podemos afirmar que há algo em comum nas produções dos intelectuais negros que estudaram sobre quilombos nas décadas de 1970 e 1980: um novo e necessário olhar historiográfico, um olhar que detém o protagonismo ao negro e quebra com as bases sólidas nas quais o racismo científico do XIX foi estruturado e se mantém até os dias atuais.

O quilombo em beatriz nascimento

Nascida em Sergipe em julho de 1942, e vítima de feminicídio em 1995, mulher preta, professora, historiadora, mãe e militante, Maria Beatriz Nascimento saiu de Aracaju para o Rio de Janeiro, junto com sua família, na década de 1950 e ingressou na faculdade de História na UFF aos 25 anos, o que a possibilitou trabalhar no Arquivo Nacional, onde teve contato com a documentação que a levou a teorizar sobre o quilombo. Imprimiu suas preocupações, revoltas, complexos, felicidades e tristezas em cada texto que escreveu, sempre trazendo a questão racial para o centro do debate historiográfico e criticando a historiografia brasileira que, marcadamente branca, silenciava a história preta ou somente a trabalhava pelo viés escravista.

O conceito de quilombo para Beatriz Nascimento (1976) é designado como um tipo de sistema social alternativo organizado pelos negros, que se estrutura “mais na necessidade humana de se organizar de uma forma específica que não aquela arbitrariamente estabelecida pelo colonizador” (NASCIMENTO, 1976, p.70). Em outras palavras, o quilombo era o lugar em que o negro e as minorias oprimidas procuravam para viver, era o lugar onde suas potencialidades seriam valorizadas como um todo, coisa impossível diante da sociedade escravista em que foram impostos. Deve-se, antes de tudo, entender que os quilombos não eram espaços voltados apenas para resistência colonial, mas que também participavam ativamente da economia a partir da venda de manufaturas produzidas internamente para seus vizinhos.

Para chegar até essa definição, Nascimento (1985) resgata o conceito “*Kilombo*” de Angola, cujo significado é “união” e que em África era a estrutura do povo guerreiro *Imbangala*, ainda no século XVI, que existia transversalmente ao grupo dos *mbundus*, povo

que ocupava a região da atual Angola e que negociava com os portugueses. Segundo Nascimento (1985), sua organização cultural consistia em não manter os filhos e adotar adolescentes de outros povos e etnias para se tornarem guerreiros passando pela circuncisão como ritual de iniciação. Portanto, “*Kilombo*” seriam os indivíduos Imbangala, o território ocupado por eles, a casa sagrada onde ocorriam os rituais religiosos, como ainda o lugar onde detinham os prisioneiros de guerra. Existem dificuldades em encontrar pontos de ligação entre o que era essa instituição (e modo de vida) “*kilombo*” em África e o que veio a ser quilombo no Brasil, em razão das fontes históricas. No entanto, a historiadora aponta o quilombo dos Palmares com a relação mais direta com o “*kilombo*” pelo fato de seu sistema de adoção de integrantes já aceitar estrangeiros, seu primeiro líder ter sido chamado de Palmares Ganga Zumba, quando os Imbangalas nomeavam seu líder de “Gaga” e ter, ainda, ornamentos de cabeça semelhantes aos que Gaga trajava em Angola.

A documentação oficial usada por muitos autores trata o quilombo como uma organização já feita, como se sua origem acontecesse espontaneamente em razão da fuga. Beatriz Nascimento (1976) explica, no entanto, que o quilombo surge a partir de um grupo fundado ainda nas fazendas e em outros espaços que utilizavam mão de obra escrava, a partir de um líder. Este pode ser alguém que na África ocupava um lugar mais alto na hierarquia social e, por isso, não se sujeitaria psicologicamente à submissão no Brasil. Suas relações de poder perante aos outros, segundo Nascimento (1976), poderiam vir através da vassalagem continuada ao oferecer troca de favores e proteção. Essa organização singular, não era entendida pelos de fora, os senhores, capitães do mato ou mesmo brasileiros, logo, estavam protegidos. O líder do grupo poderia partir, por exemplo, de liderança religiosa; curandeiro, feiticeiro ou mesmo uma parteira, que são pessoas que naturalmente aglutinam pessoas ao seu redor. Só depois é que cresceria a necessidade de afastamento do sistema escravista, resultando na fuga.

A fuga era construída a partir de certos elementos proporcionados pelas brechas do sistema. Pequenas transgressões como roubar ao senhor ou realizar reuniões de festejo (onde a vigilância se tornava mais difícil), auxiliavam tanto no fortalecimento psicológico pessoal do escravizado quanto em sua força como grupo. Somando-se ao intercâmbio de informações e experiências à opressão constante, sem que se visualizem possibilidades de melhora nas condições de vida e tratamento, a fuga “[...] é, portanto, a forma de reação primeiramente escolhida e largamente usada para iniciar uma nova ordem realmente autônoma”.

(NASCIMENTO, 1976, p. 72). Assim, a alcunha de “negro-fujão”, é vista por Beatriz Nascimento (1976) como termo pejorativo perpetuado pela historiografia, e que define a fuga apenas como uma referência negativa, visto que a fuga do escravizado representava um meio de alcançar a autonomia social e militar. Este último é explicado pela autora em conformidade com a maneira de organização feita pelos primeiros homens que escapavam e se coordenavam militarmente para encontrar um lugar seguro a fim de que possam retornar para buscar a família e também na posterior sistematização de proteção do quilombo.

No que diz respeito à organização social do quilombo, existe, principalmente, o que Beatriz (2018) chamou de “paz quilombola”, ou seja, os momentos em que os quilombos estão produzindo economicamente e se reproduzindo. Os períodos entre a luta contra a repressão e a reprodução dos meios de vida são, infelizmente, os mesmos períodos nos quais há a ausência de fontes. O estudo sobre as movimentações internas e participações sociais no quilombo faziam parte de suas preocupações: em “O Papel da Mulher nos Quilombos Brasileiros: Resistência e Vida” (sem data), projeto de pesquisa idealizado pela historiadora e, infelizmente, não concretizado, a autora buscava fundamentalmente entender a presença feminina nesses espaços, tendo como objetivo básico “[...] examinar o desempenho das diversas mulheres que destacam-se no esforço de liberdade que o quilombo representa. É trazer o sexo feminino como formato ante ao criar alternativas a escravidão negra” (NASCIMENTO, s.d. p. 410). Nesse sentido, Nascimento (1976) defendia que somente será possível o completo entendimento da sociedade colonial com o estudo da forma de organização interna do quilombo, o que raramente é feito na historiografia brasileira, que insiste em trabalhar apenas o viés de resistência quilombola, fundamentada pela violência e selvageria.

A contribuição historiográfica de Beatriz Nascimento acerca do conceito de quilombo é deveras significativa, pois ela trabalhou também mostrando as maneiras estereotipadas e difamatórias usadas pelo Império Colonial Português no trato dos quilombos no Brasil. Beatriz (1985) aponta que os quilombos eram vistos como uma ameaça e que sua própria definição se limitava em dizer que “quilombos” eram ajuntamentos de no mínimo cinco negros, não importando se estes se constituíam com barracas ou moradias. Isso fazia com que qualquer reunião de negros fosse vista pelo Estado como um motim. A historiadora afirmava que os quilombos eram mais do que simples acampamentos: eles refletiam o que era vivido na África, pelo menos nos séculos XVI e XVII, justificando sua organização em que, mesmo que

os laços de sangue não estivessem presentes, era estabelecida uma relação de parentesco e comunidade (NASCIMENTO, 1985, p. 280-285).

A continuidade quilombola

Mas os quilombos teriam sido exterminados em 13 de maio de 1888? A data em que bondosa e generosamente a Princesa Isabel assinou um documento também marcou o fim da repressão? Segundo Beatriz Nascimento (1985), os quilombos mantiveram uma continuidade espacial e ideológica no fim do século XIX, assim como chegou ao fim a repressão oficial do Estado aos quilombos (NASCIMENTO, 1985). No entanto, a realidade que assola as minorias brasileiras desde a emancipação é outra, e retornaremos neste último assunto mais adiante.

Voltemos ao final do século XIX e início do século XX, anos em que o quilombo é ressignificado. Até aquele momento, apoiado em tradição oral e possuindo referências de lutas negras anteriores, o quilombo, de acordo com Beatriz (2018), usava da fuga como resistência colonial. Depois da “Abolição”², este caráter de resistência e organização quilombola passou a ser estudado por alguns intelectuais da época. A questão da raça, que vinha sendo debatida já há algum tempo, recebeu novas proporções e perspectivas como, por exemplo, na obra “Troya Negra” (1904), de Nina Rodrigues, cujo racismo científico fica explícito ao entender a formação de Palmares a partir de uma hierarquização negra, ainda inferior aos brancos (SOUZA, 2013). Mais tarde, outras obras que abordaram o quilombo partiram de outros autores como Arthur Ramos, com “O negro na civilização brasileira” e Edison Carneiro, com seu livro “O quilombo dos Palmares”.

Ao passo que a questão de identidade nacional era fortalecida, o quilombo e sua condição de resistência foi igualmente revisitada. Logo, na busca por heróis nacionais, encontravam em Zumbi, a figura ideal. Assim, o quilombo ia sendo ressignificado mais uma vez. E por muitos anos, se resumiu a isso. Beatriz Nascimento (1985) explica que de 1888 a

² O termo aparece entre aspas em razão da visão estereotipada construída em torno da Lei Áurea, vista como uma dádiva da Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Após a emancipação, ocorreu além de um apagamento da luta negra pela abolição, a institucionalização de leis racistas, que excluem o negro dos seus direitos básicos à educação, saúde e moradia, além do sistema penal ver e tratar a população negra como altamente propensa ao crime, causando encarceramento em massa de pessoas pretas sem direito à justiça (GOMES; ARAÚJO. 2010). Beatriz Nascimento, em “A Incensada Princesa”, uma resenha crítica publicada no Jornal do Rio de Janeiro, *Opinião* em 1975, analisa os problemas dessa ideia expressa no livro “A escravidão no Império” (1975), de Brasil Gerson.

1970, o negro seguiu, na maior parte do tempo, sendo silenciado e quando lembrado, existia apenas nos estudos acerca do escravismo.

Essa continuidade ideológica do quilombo aparece brevemente nos anos de 1940 com a peça do Teatro Experimental Negro (TEN), “Palmares”, e com o jornal do TEN de nome “Quilombo”, assim como na peça “Arena Conta Zumbi”, do Teatro do Estudante do Brasil (NASCIMENTO, 1985). A partir da década de 1970, a ideologia do quilombo reaparece em forma de movimentos culturais e musicais, como o samba e o movimento *Black-Rio*. O samba nascido nas favelas, estas consideradas a continuação espacial quilombola, representa a união negra, fortalece a consciência negra. Beatriz (1977) aponta que “[...] a escola de samba é um quilombo em festa, e a comunidade da favela que está nas ruas” (NASCIMENTO, 1977b, p. 190), visto que é nas favelas onde o negro recupera sua identidade e raiz. Já o movimento *Black-Rio* parte dos jovens que foram alocados em subúrbios e que, ao não ter contato com as raízes negras, se voltam para o *Soul*, de forma que o fortalecimento da consciência negra acontece em suas reuniões movidas à música e estética diferenciada, cabelo *Black Power*, “[...] roupas exóticas, sapatos coloridos, enormes chapéus” (NASCIMENTO, 1977b, p. 193).

Curiosamente, a década de 1970, anos em que o Brasil vivia sob um regime ditatorial militar, foram também os anos em que as vozes negras se levantaram. Nascimento (1985) mostra essa “correção de nacionalidade” fundamentada em nova exploração do que foi o quilombo no período colonial. É em 1974 que a publicação do Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, no Jornal do Brasil, defendendo a instauração do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, se torna um marco da revisão historiográfica quilombola:

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra. (NASCIMENTO, 1985, p. 292).

Contudo, a continuidade ideológica e espacial quilombola é acompanhada, simultaneamente, pela repressão causada pelo racismo e pela necropolítica³ na qual vivemos.

³ Conceito pensado por Achille Mbembe a partir da concepção de “biopoder” construída por Michel Foucault. Mbembe (2016) entende necropolítica como o poder político que impõe o direito à morte. Nesse sentido, acredita-se que a sociedade moderna capitalista, buscando sua própria manutenção, promove políticas que matam populações vulneráveis e que essa morte não significa necessariamente a morte física. Ela ocorre também

Em 1977, Beatriz escrevia “Quilombos: em Palmares, na Favela, no Carnaval” e já denunciava que a repressão ao quilombo se mantinha nas favelas por meio da especulação imobiliária, e que ao acabar com favelas, o governo fez com que essas pessoas fossem alocadas em condomínios suburbanos, obrigadas a utilizar transporte público para trabalhar em zonas mais nobres, em um mercado de trabalho injusto e incompatível. Essa marginalização do negro e também a manutenção na repressão é um argumento que Nascimento (1976) usa para sustentar sua tese de continuidade quilombola quando diz que a partir do momento em que os negros seguem na periferia “[...] obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho, como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo, embora transformado, perdura.” (NASCIMENTO, 1976, p. 78).

Se o quilombo foi para o negro escravizado um novo sistema social alternativo organizado politicamente, para seus descendentes o quilombo é refúgio e fortaleza para enfrentar as especificidades do racismo que permeia não só as relações sociais brasileiras como também está intrinsecamente entrelaçado às veias institucionais do país.

Considerações finais

Dada a relevância dos escritos de Beatriz Nascimento para a renovação dos estudos sobre o quilombo, surge inevitavelmente a reflexão sobre quais os motivos levaram uma autora que, enquanto viva possuiu relevância acadêmica, a ser relegada a um esquecimento tão profundo que praticamente a desconhecemos em nossa geração. A explicação, infelizmente, se encontra intimamente ligada às questões que a própria autora evidenciava. O negro brasileiro é exaltado enquanto objeto de pesquisa, mas normalmente excluído da prática de pesquisador, já que a prática intelectual é considerada prerrogativa dos brancos.

João Carlos Reis (2019) fala do interesse ideológico em manter os negros fora da História do Brasil e demonstra como a própria Beatriz Nascimento denunciou em suas

no momento em que são negadas políticas públicas que garantem o mínimo para a sobrevivência do ser. Sílvia Almeida (2020) explica essa situação de morte utilizando o termo “sobrevida”, como se a pessoa, totalmente negligenciada pelo Estado, existisse sem de fato existir, já que lhe são tirados seus direitos constitucionais como moradia, educação, alimentação e saúde. Ver mais em: MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios. UFRJ**. Número 32. Dezembro de 2016; ALMEIDA, Sílvia. Processo e necropolítica. *In*: VIII Seminário Nacional do Instituto Baiano de Direito Processual e Penal. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_tb8kJRqekk>. Acesso em: Agosto de 2020.

produções a dificuldade em ocupar esses espaços acadêmicos marcadamente influenciados por vertentes europeias, e que a historiadora diversas vezes fazia de seus escritos um protesto a essa estrutura, escrevendo em primeira pessoa. Reis (2019) afirma ainda como Nascimento trabalhou o fato do branco se recusar em entender o negro e como essa negativa pode ser fruto de um “desleixo dos estudiosos” (REIS, 2019. p. 4), já que para Beatriz (1974):

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade. (NASCIMENTO, 1974, p. 45).

Segundo Wagner Batista Vinhas (2016), o que ocorreu com Beatriz Nascimento se atrela a um conjunto de estratégias sistematizadas com o objetivo de apagar as participações negras da memória nacional que ele elencou como a desqualificação do trabalho justificando que o excesso de interesse pela temática negra causa falta de distanciamento epistemológico. Há também a afirmação de que a participação na militância negra compromete a objetividade da pesquisa, a alegação de despreparo dos intelectuais negros comparados à competência dos brancos e a clara herança racista do próprio campo intelectual brasileiro, ocupado hegemonicamente por brancos (VINHAS, 2016, p. 16-17).

Dessa maneira, de acordo com Vinhas (2019) “[...] o racismo no Brasil não se manifesta somente como discriminação, mas também como dominação e subjugação do trabalho, da subjetividade, da autoridade, bem como da sexualidade, da cultura e da identidade” (VINHAS, 2016, p. 58). Lélia Gonzalez (1982) explica que o lugar de negro vem do que ela chamou de divisão racial do espaço, em que os brancos estavam — e estão — destinados a viver em mansões, bairros bem estruturados, seguros, e aos negros se reserva a margem, a obrigação de viverem amontoados em casebres insalubres, onde a polícia só entra para matar. É como se nos espaços intelectuais, o lugar do negro fosse sempre o do objeto e nunca o do sujeito ativo (SOUZA, *apud* VINHAS, 2019).

Estes fatores vão aos poucos soterrando as produções negras, que vão sendo cada vez menos citadas e, conseqüentemente, menos conhecidas, até que sejam relegadas ao esquecimento. Ainda hoje este racismo intelectual acontece, basta observar o ambiente de uma universidade brasileira para perceber que os cargos de docência e os de limpeza são hegemonicamente marcados pelo fator raça, e com raça queremos dizer cor da pele.

É necessário resgatar estas produções e honrar a memória destes intelectuais negros que, ao se propor a romper as interpretações consagradas, mas não por isto menos racistas, acabam sendo invisibilizados no processo. É necessário ocupar espaços que sempre nos foram negados. É preciso antes de tudo, quebrar com a mentalidade colonial que tanto nos afeta e fazer perguntas básicas como aquelas que Beatriz fez “Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira?” (NASCIMENTO, 1974, p. 44). Entendemos que ao apresentar o pensamento e as obras de Beatriz Nascimento, colaboramos para que mais pessoas se interessem por suas contribuições à historiografia brasileira, a fim de que um dia a “história da raça negra [que] ainda está por fazer, dentro de uma História do Brasil ainda a ser feita” (NASCIMENTO, 1974) possa finalmente se concretizar.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Wagner Vinhas. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação palmares/OR Editor Produtor, 2002.
- NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do Homem Negro (1974). *In: União dos Coletivos Pan-africanistas (Org.). Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. A Incensada Princesa (1975). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. “Quilombos”: mudança social ou conservantismo? (1976). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do Homem Negro (1974). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Historiografia do Quilombo (1977). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombo: em Palmares, na Favela, no Carnaval (1977b). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas Sociais Alternativos Organizados pelos Negros (1981). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. (1985). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. O Papel da Mulher nos Quilombos Brasileiros: Resistência e Vida (s.d). *In*: União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

QUILOMBO. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Versão Digital. Rio de Janeiro: Positivo Soluções Didáticas LTDA e Regis LTDA. 2010. Disponível em: <https://editorapositivoaurelio.page.link/?apn=br.com.editorapositivo.aurelio&ibi=https%3A%2F%2Feditorapositivoaurelio.page.link&link=https%3A%2F%2Feditorapositivoaurelio.page.link%2Fentry%2F115636>. Acesso em: 30 out. 2020.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza: Imprensa Oficial, 2006.

REIS, João Carlos. **Historiografia e Quilombo na obra de Beatriz Nascimento**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2019. Disponível em: <http://dSPACE.unila.edu.br/123456789/5379>. Acesso out. 2020.

SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de. A Troya Negra de Nina Rodrigues: o Quilombo dos Palmares um espaço do racismo científico. **QUIPUS: Revista Científica das Escolas de Comunicação e Artes e Educação**. Universidade Potiguar. v. 2, n. 2, p. 93-109, 22 ago. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/454>. Acesso em: 25 out. 2020.

UM corpo no mundo. Intérprete: Luna Luedji. Compositor: Luna Luedji. *In*: UM corpo no mundo. Intérprete: Luna Luedji. São Paulo: YB Music, 2017. Faixa 4.

[VIII Seminário] Processo e Necropolítica - Prof. Silvio Almeida. Salvador: Instituto Baiano de Direito Processual Penal, 25 de mar. 2020. 1 vídeo (50:13). Publicado por Instituto Baiano de Direito Processual Penal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tb8kJRqekk>. Acesso em: ago. 2020.